



Mulheres negras: diversidade e negociações das teorias feministas

Black Women: Diversity and Negotiations in Feminist Theories

Pollyanna Fabrini¹

RESUMO

O artigo analisa como a construção das epistemologias ocidentais marginalizou saberes e como as análises feministas incorporaram as relações raciais. Discute a virada epistêmica que complexifica as opressões de gênero e raça, mapeando novas perspectivas, apontando suas tensões e negociações entre teorias de gênero e raça, evidenciando a diversidade do campo teórico contemporâneo.

PALAVRAS-CHAVE: Feminismos. Gênero. Feministas Africanas. Epistemologia. Ciências Sociais.

ABSTRACT

This article analyzes how the construction of Western epistemologies has marginalized other forms of knowledge and how feminist analyses have incorporated racial relations. It discusses the epistemic shift that complexifies gender and racial oppression, mapping new perspectives, highlighting tensions and negotiations between gender and race theories, and emphasizing the diversity within the contemporary theoretical field.

KEYWORDS: Feminisms. Gender. African Feminists. Epistemology, Social Sciences.

Introdução

Falar de estudos feministas na ciência, por tempos nos remeteu a uma estrutura centrada na potência Europeia e norte-americana. Desnaturalizar esse processo é fundamental para entendermos que outras visões e construções sociais também problematizam este cenário que reverbera na denúncia do estigma de inferioridade que atinge todas as mulheres. A

1. Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho” – UNESP / campus Marília/SP. E-mail: polly21fs@gmail.com

metáfora das ondas do feminismo, períodos específicos de grande mobilização política das mulheres, preconiza o modo como outros eixos culturais e étnicos ficaram fora da sistematização científica. Como nos aponta a autora Ilze Zirbel (2007), as narrativas sobre as ondas do movimento feminista privilegiaram as demandas de mulheres brancas, de classe média e de localidades geográficas específicas. A narrativa pela perspectiva da metáfora das ondas do feminismo e dos marcos históricos mais difundidos das mobilizações das mulheres nos Estados Unidos e na Europa, são apenas discursos que marginalizam a pluralidade de pensamentos e correntes teóricas frente a um mesmo fenômeno. É um complicador datar quando e quem estabeleceu o movimento de mulheres no mundo, principalmente se considerarmos a diversidade de pensamentos, ações e períodos em prol de mudanças sociais.

Mesmo não sendo conceituado enquanto feminismo, temas dedicados à denúncia da opressão das mulheres, em específico pela dominação imposta pelos homens, podem ser confirmadas desde a Antiguidade, com registros em diferentes momentos históricos anteriores à formulação do feminismo moderno, que se consolida a partir do século XVIII e XIX. Várias mulheres de diferentes nacionalidades, etnias e culturas, em um dado momento histórico, mesmo que de maneira heterogênea, posicionaram e defenderam com maior ou menor intensidade, posições de igualdade frente as diferenças de gênero. Podemos ilustrar conforme aponta a autora Federici (2017), o próprio momento histórico da transição do feudalismo para o capitalismo na Era Moderna. Conhecido como o período da “Caça às Bruxas”, esse momento histórico evidenciava a repressão aos saberes femininos, especialmente aqueles ligados aos preparos de infusões usados para o controle da fertilidade, bem como conhecimentos rudimentares de alquimia e astronomia. Esses saberes, transmitidos e praticados por mulheres, passaram a ser perseguidos como ameaças à ordem patriarcal, culminando nas fogueiras da Inquisição. O processo já indicava, sob a ótica do cristianismo, o que seria considerado certo ou errado para as mulheres, delimitando seus corpos e seus conhecimentos. Dadas as qualidades de autoridade e liderança, mulheres foram queimadas

vivas, acusadas de bruxaria. Federici (2017) descreve como as mulheres tiveram papel relevante no processo da crise feudal, o que explica os motivos pelos quais o seu poder, inclusive científico, foi aniquilado para que o capitalismo se desenvolvesse. Antes mesmo de toda movimentação política frente ao movimento sufragista feminino, que demarcou vários países em distintos períodos, o modo de enxergar a mínima autonomia feminina já era questionável pela ciência.

Cabe ressaltar que neste período estamos ponderando uma ciência retrógrada, embasada no homem branco ocidental, em um discurso dito universal à custa do genocídio/sexismo epistêmico dos então sujeitos coloniais como aponta o autor Grosfóguel (2016). É importante reconhecer que a história e os conhecimentos consolidados nas universidades, em suas diversas áreas, foram majoritariamente construídos a partir de uma visão etnocêntrica. Mesmo nos tempos atuais, muitas dessas bases ainda são tomadas como verdades universais, sendo consideradas superiores a outros sistemas de saber. Como é possível continuarmos ancorados nessa estrutura epistêmica dita universal diante da pluralidade de conhecimentos existentes no mundo? Essa contradição — entre a diversidade cultural e a imposição de um modelo único de saber — revela um enquadramento epistemológico que ignora outros modos de conhecer, sustentando, assim, a hierarquia de um sistema que se afirma mediante a supressão de povos e seus saberes. É nesse contexto que o sociólogo Boaventura de Sousa Santos (2007), propõe uma crítica contundente à epistemologia dominante, defendendo a valorização de epistemologias marginalizadas, no intuito de construir pontes entre ciência, saberes populares e práticas emancipatórias, onde considera:

O pensamento moderno ocidental é um pensamento abissal, ou seja, um pensamento dotado de buracos, aquele pensamento que é excludente em sua hegemonia e acaba por suprimir e opor-se a outras versões epistemológicas. Possui distinções visíveis e invisíveis, as visíveis são as que dividem a realidade social em dois lados “deste lado da linha” e do “outro lado da linha”, que acabam por tornar o lado de lá, inexistente, excluído e permanece. “A negação de uma parte da humanidade é sacrificial, na medida em que constitui a condição para a outra humanidade se afirmar enquanto universal” (SANTOS 2007, p 14).

Os estudos feministas, mesmo com toda resistência em se estabelecer nos moldes academicistas, fomentaram grupos de pesquisadoras empenhadas a sistematizar as teorias e práticas acumuladas pelo movimento. Novas maneiras de pensar e produzir ciência rompendo com definições tradicionais da sociedade, servem de apoio para que novas metodologias sejam consideradas. A afirmação das mulheres enquanto produtoras de conhecimento é a marca que consolida os estudos feministas. No início destes, percebe-se que as propostas eram apresentadas na ideia de separação binária entre homem e mulher. Os estudos estavam centrados na concepção de luta pela igualdade de gênero, que impossibilitava enxergar as diferentes realidades vivenciadas pelas diversas categorias de mulheres que divergiam no contexto geracional, religioso, racial, sexual, econômico, entre outros.

Feminismos

Na tentativa de contemplar a pluralidade de posicionamentos e vivências, o termo feminismo se torna cada vez mais flexível à todos os processos de transformação social. Cada nova geração de feministas redefine a compreensão científica e prática do movimento, incorpora suas contradições, seus pontos de vista sobre a realidade social promovendo inúmeras vertentes teóricas. A autora Heleieth Saffioti (1987), socióloga e pesquisadora da violência de gênero, apresenta um panorama com as variantes do movimento feminista e seus desdobramentos no Brasil. No seu artigo “Feminismos e seus frutos no Brasil” exemplifica algumas correntes presentes nos EUA no início dos anos 80 como: o feminismo liberal, socialista, dogmático marxista, conservadorista; outras autoras contemporâneas também acrescentam o feminismo anarquista, o ecofeminismo, feminismo existencialista, feminismo da diferença, cyberfeminismo, feminismo negro. Por conta da grande variação de nomenclaturas que difere da agenda política do movimento feminista, que avança e recua em determinadas frentes, muitas autoras se posicionam preferindo o uso do termo no plural – feminismos (Brydson, 2003), para assim

darem ênfase na diversidade de pensamentos e teorias em consonância com a emancipação política e superação das desigualdades sociais.

O surgimento dos estudos de gênero também é um processo de reelaboração de conceitos e parte dos estudos feministas. Concomitantemente com os estudos da antropologia que enveredam sobre as construções sociais de diferentes sociedades, o indicativo de universalização da dominação e subordinação das mulheres tende a ser relativizado (Segato, 1998). Os estudos de gênero que abordam a construção sócio simbólica das experiências humanas, não se baseiam apenas na categoria biológica do ser mulher. O binarismo homem-mulher é analisado na esfera cultural, procurando repensar os conceitos de sexo e natureza, modulando como o social atua sobre o natural e atribuindo novos parâmetros e significados (Butler, 2003). É importante apontar que as teóricas de gênero e de estudos feministas ainda mensuram suas implicações práticas, suas aproximações e limites conceituais, mas cabe refletirmos o motivo pelo qual alguns grupos se aproximam de uma e não de outra teoria. Precisamos observar as histórias que circunscrevem cada variação conceitual, em específico o período histórico de cada fato e seus desdobramentos. Momentos de rupturas com ideias e conceitos fazem parte do processo que determina a construção de novas propostas. Investigar o modo como cada grupo se rotula é fundamental para compreendermos o marcador teórico de cada nova nomenclatura e suas sugestões de mudança. É bom ressaltar que gradativamente muitas mulheres negras têm atuado tanto no painel nacional quanto internacional, conferindo características fundamentais para corroborar com a necessidade de alterarmos a lógica do saber imputada atualmente nas universidades.

E o feminismo negro?

Tensões foram instauradas pelas mulheres negras que de um modo ou outro tentavam evidenciar a ausência de recepção de suas particularidades étnico-raciais, tanto nas discussões teóricas quanto em tomadas de decisões práticas do movimento. De modo mais expressivo, no período dos anos 80,

diversas ideias são difundidas por pensadoras negras, encetando pertinentes críticas às tendências excludentes do discurso feminista vigente. Autoras norte-americanas como Ângela Davis, bell hooks, Patricia Hill Collins, Andre Lourdes dentre outras, além de brasileiras como Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento, Luíza Bairros e Sueli Carneiro, passam a propor novas perspectivas teóricas que contribuam com o debate.

Colaborando com a crítica epistemológica da teoria feminista, bell hooks (1984) fundamenta na obra “Teoria feminista – Da margem ao centro”, os limites do feminismo nas posições sociais e nas experiências das mulheres negras, delatando o silenciamento teórico destas ao contribuírem com os grupos de estudos feministas. A obra de bell hooks tardiamente obteve sua notoriedade, sendo paulatinamente inserido nas referências dos estudos feministas. Para a autora as mulheres negras possuíam um olhar tanto de fora, quanto de dentro (margem/centro), um olhar totalizante para análises mais amplas da experiência humana, promovendo assim um impacto transformador na sociedade. As práticas do discurso feminista hegemônico, inviabilizaram o surgimento de novas e variadas teorias, como a autora pontua “o sexismo, como sistema de dominação, é institucionalizado, mas nunca determinou de forma absoluta o destino de todas as mulheres nesta sociedade” (p.197).

No livro “Pensamento Feminista Negro”, Patrícia Hill Collins (2016) também estabelece o panorama de análises teóricas e propõe novos métodos para se desvencilhar dos mecanismos de opressão e como intelectuais negras embasadas em suas vivências conseguem contribuir com estratégias criativas para enfrentar sua marginalização. O pensamento feminista negro é a esfera que elucida o ponto de vista de mulheres negras para mulheres negras. Com a proposta metodológica de autodefinição e autoavaliação, desafia o processo de validação do conhecimento e remodela a estrutura de poder que define o conhecimento. Como a autora sugere, quando as mulheres negras definem a si próprias, rejeitam que aqueles em posição de autoridade que descrevem e analisam a realidade tenham esse direito.

No Brasil, a construção do movimento de mulheres negras perpassa pela tomada de consciência de que o movimento feminista posto desconsiderava suas especificidades, admitindo que nessa estrutura elas não eram representadas. Neste sentido, pode-se dizer que a formação política das discussões de gênero assim como a formação da consciência das mulheres negras, estimulou a inserção na agenda política e intelectual a questão racial. Contribuindo com essa premissa, Sueli Carneiro (2003) aponta que:

(...) o feminismo esteve, também, por longo tempo, prisioneiro da visão eurocêntrica e universalizante das mulheres. A consequência disso foi a incapacidade de reconhecer as diferenças e desigualdades presentes no universo feminino, a despeito da identidade biológica. Dessa forma, as vozes silenciadas e os corpos estigmatizados de mulheres vítimas de outras formas de opressão além do sexismo, continuaram no silêncio e na invisibilidade.

Cabe aqui salientarmos que na esfera de produção de conhecimento, levando em consideração toda a complexidade das categorias de gênero e raça, politizar e historicizar tais relações abrem uma margem de vantagem para compreensão mais profunda das desigualdades sociais. Nesta lógica, o feminismo negro dá abertura para o conceito de interseccionalidade. O termo foi amplamente difundido entre intelectuais negras na assertiva de classificá-lo enquanto categoria relevante para as teorias proeminentes. Cunhado em 1989 por Kimberlé Crenshaw (2002), que o conceituou da seguinte forma:

(...) uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento (2002).

A aplicabilidade do termo em si, formulada na área jurídica, gerou diversos debates quanto instrumentalização da metodologia no uso dos movimentos antirracistas, feministas e protetivos no campo dos direitos humanos. Por mais que o movimento feminista negro tenha sido a referência para ascensão do debate e consequente do uso do termo, precisa-se distinguir feminismo negro e interseccionalidade; são categorias relacionais, mas não o

mesmo fenômeno. Entendendo as “discriminações interseccionais” pautadas no eixo gênero/raça e as múltiplas opressões vivenciadas por mulheres negras, interseccionalidade é muito mais do que a sobreposição das identidades sociais pautadas na etnia, sexualidade e classe. O termo se faz enquanto proposta analítica da realidade social e de interação estrutural nos campos políticos, sociais e legais (Akotirene, 2018).

O conhecimento e teorias científicas estão em constante reformulação, a própria terminologia ‘feminismo’ anuncia alguns problemas, em específico para mulheres negras que não se sentiram/sentem familiarizadas com sua semiótica, por não contemplarem suas especificidades na pauta racial e de gênero. Essas ausências teóricas direcionaram uma outra proposta para acolher a diversidade das mulheres negras, uma outra corrente que versa o contexto das tradições afro-americanas denominada Mulherismo/ Mulherismo Africana

Mulherismo Africana

Pensar um feminismo negro sem considerar questões relevante para mulheres africanas, sem reconhecer essas diferenças culturais é desprezar um construto intelectual já existente antes mesmo da noção ocidental de feminismo. Muitos problemas que não aparecem nos debates afro-americanos, foram abordados e construídos em uma agenda mulherista africana. Mulherismo Africana é um termo específico para o debate que engloba a participação das mulheres africanas. Cunhado pela autora norte-americana Clenora Hudson-Weems (1987), surge como um novo olhar centrado nas mulheres negras africanas e da diáspora, para entender, refletir e agir na luta antirracista e de sobrevivência do povo negro. A autora enfatiza que a terminologia considera duas razões básicas, o termo mulher/ mulherista, é mais apropriado do que o termo feminino/feminismo, pois, somente uma fêmea da raça humana pode ser considerada uma mulher, sendo o primeiro termo mais apropriado ao nomear um grupo da raça humana; Africana faz referência e identifica a cor dessas mulheres, estabelecendo uma identidade

cultural vinculada à ancestralidade. Como a autora Hudson-Weems (2016) aponta:

O Mulherismo Africana – mais que o feminismo, o feminismo negro, o feminismo africano ou o mulherismo – é uma alternativa viável para a mulher Africana em sua luta coletiva, em conjunto com toda a comunidade, aumentando as possibilidades para dignidade do povo e para a humanidade de todos. (...) a recuperação da mulher Africana através da identificação de nossa própria luta coletiva e da atuação dela é um passo fundamental para a harmonia e a sobrevivência humana.

Com vertente embasada na afrocentricidade², centrado na família, rompe com qualquer proposta dos feminismos ocidentais, demonstrando que essa teoria é projetada para atender às necessidades das mulheres Africanas. A teoria considera que as mulheres negras devem ser fortes em conjunto com os homens negros, numa lógica comunitária, respeitando os mais velhos/as, em luta conjunta. Espelham-se nas comunidades matrilineares africanas em que as mulheres possuíam suas funções para ordem social e esse caráter de subalternidade estava no olhar etnocêntrico. Constatam que a história da mulher negra é profundamente distinta a das mulheres brancas, e, por conseguinte, não poderiam partir de uma mesma base reivindicatória. O próprio feminismo trata-se de um conceito e movimento criado por pessoas brancas. Na perspectiva do Mulherismo o caminho para repensar a humanidade é para além da ciência ocidental, recria 18 princípios mulheristas, sendo eles: Automeação; Autodenominação; Centralidade na família; Em harmonia com os homens na luta; Papéis flexíveis; Irmandade genuína entre mulheres; Força; Compatibilidade Masculina; Respeito e Reconhecimento; Totalidade e Autenticidade; Espiritualidade; Respeito aos Mais Velhos; Adaptável; Ambição; Maternal e Nutritora. Com toda riqueza de detalhes, a obra circunscreve os valores civilizatórios africanos que se

2. Afrocentricidade é a teoria indicada pelo autor Molefi Kete Asante no intuito de promover uma agência com centralidade nos estudos da história africana. Parte de uma perspectiva pan-africanista embasada na cultura assim como propõe para o modelo do Mulherismo Africana.

consolida enquanto pensamento crítico a fim de defender o lugar de todas as mulheres de descendência Africana.

Esses espaços conceituais nos convidam a refletir sobre as diferenças filosóficas entre as mulheres negras e a pluralidade das relações socioculturais que as atravessam. É fundamental não perder de vista a diversidade de países, culturas e línguas existentes no continente africano. Ainda que o Mulherismo Africano busque referendar essas experiências, homogeneizar uma única lógica epistêmica seria reproduzir a mesma armadilha ocidental: enquadrar vivências e ideologias complexas dentro de moldes generalizantes e, muitas vezes, excludentes. Por isso, torna-se cada vez mais necessário identificar os distanciamentos entre as diversas correntes teóricas e suas terminologias, reconhecendo suas particularidades e tensões internas.

As teorias produzidas pelas diversas escritoras africanas, por vezes, buscam produzir análises orientadas para as realidades das mulheres africanas. Assim como o feminismo negro se sentia desestimado pelo feminismo hegemônico, a linha de estudos feministas africanos passa a ser a saída de uma maior compreensão das diferenças culturais, geográficas, religiosas e políticas que as mulheres africanas vivenciam no mundo, assim como análises que embatem o contexto do colonialismo e imperialismo ausentes no feminismo ocidental. Embora algumas mulheres africanas possuam pontos em comum, existem variações no modo como entendem as lutas de gênero e lidam com a própria ideia de “feminismo africano”. Não se faz possível falar de feminismo africano fundindo todas as mulheres do continente em uma mesma realidade, mas ponderar suas diversidades e respeitar suas coexistências.

Modelos teóricos de um feminismo africano

Na tentativa de sinalizar a essência de alguns modelos teóricos e problematizações abordadas por escritoras africanas na temática feminina, é

importante pontuarmos que a análise das correntes abordadas pelas mulheres africanas é fundamental para entendermos outras perspectivas conceituais e suas concepções de gênero que são embasadas em outros valores sociais destoantes de categorias fixas do feminismo ocidental. As próprias lutas de libertação de países africanos e como estas serviram de apoio na formação para as lutas de liberdade de gênero e pelos direitos das mulheres são experiências que modelam o campo analítico africano. Esse mapeamento, em suma maioria se concentram na África subsaariana, particularmente na Nigéria. Escritoras e críticas literárias de origem nigeriana são apontadas em alguns estudos como vanguarda da re-teorização de conceitos e terminologias que descrevem versões outras para as perspectivas de feminismos africanos (Amaefula, 2020).

Cabe contextualizar o motivo pelo qual a Nigéria se destaca no debate em questão. Embora movimentos feministas expressivos tenham avançado no continente africano, o movimento feminista na Nigéria, já possuía uma organização muito bem delimitada em prol de políticas que visassem melhora nas condições socioeconômicas das mulheres, assim como patrocinavam projetos e pesquisas acadêmicas. O *Woman In Nigeria* (WIN) mobilizou um número significativo de pessoas difundindo os valores e princípios fundamentais de justiça de gênero. Com o lema “venha um, venha todos” aceitavam em sua organização homens e mulheres dispostos a promover de forma consciente a emancipação das mulheres nigerianas. Em 2008 o movimento inaugurou o Fórum Feminista da Nigéria (NFF) espelhando-se no Fórum Feminista Africano (AFF), e neste período de planejamento, elaboraram a carta de princípios do movimento, no intuito de melhor definir e afirmar o compromisso com a luta feminista e orientar as práticas e análises do grupo. Parte do grupo participava do movimento feminista pan-africanista, onde as mulheres africanas continentais se mobilizavam e formulavam uma agenda política feminista africana (Madunagu, 2010).

Antes de adentrarmos os modelos teóricos, vale ressaltar que a posição das mulheres africanas frente ao modo em que o feminismo ocidental é

apresentado, causa certa aversão, sendo tachado como tentativa de estender sua experiência histórica ao continente africano. As produções das intelectuais africanas se dissociam dos estudos feministas hegemônicos em grande parte das análises. Mesmo que os objetivos do estudo sejam relacionais quanto a uma emancipação feminina, os elementos fundamentais de uma outra cosmovisão estão em campo analítico na mesma proporção, seja no campo cultural, religioso, político, de classe, hierarquias raciais ou na inserção da figura masculina enquanto complemento das relações sociais. Os modelos teóricos propostos pelas escritoras africanas são um subterfúgio para produzirem um projeto condizente com suas realidades, criando novas linguagens que mulheres e homens africanos possam empregar, desconsiderando a lógica colonialista e imperialista que ainda os acompanham.

Nesta seara, é importante pontuarmos as perspectivas de feministas africanas na área das ciências sociais, ou seja, produções autóctones que dialoguem com a representatividade e reconhecimento dos estudos africanos, feministas e de gênero no âmago de suas comunidades. Para mapearmos esses feitos explanaremos o papel do CODESRIA – Conselho para Desenvolvimento da Pesquisa em Ciências Sociais em África. A instituição não governamental, promove publicações das pesquisas desenvolvidas pelos/as cientistas sociais do continente africano e a organização de atividades de caráter acadêmico. Viabilizou uma série de seminários na área da metodologia de pesquisa, produção de artigos científicos, sistema de bolsas de estudos para incentivar as atividades nas ciências sociais e nas humanidades, até mesmo para que destas pesquisas surgissem soluções para os problemas políticos, de desenvolvimento econômico, descolonização do saber e independência frente à realidade dos países africanos. O Conselho funciona aos moldes de uma associação e está organizado por diversos setores incluindo publicações, formação e pesquisa; possui trabalhos conjuntos com outros centros de estudos como a APISA (Asian Political and International Studies Association), CLACSO (Conselho Latino-americano de Ciências Sociais), e o

Centro de Estudos Africanos (CEA), permitindo conexões, seminários conjuntos e espaço de trocas de saberes (Cirne, 2016).

Vale ressaltarmos que um dos papéis do Conselho também é fomentar a inclusão das intelectuais africanas no cerne do debate continental que ainda é substancialmente masculinizado. No campo dos estudos feministas, diversas intelectuais africanas têm contribuído significativamente com modelos teóricos que desafiam paradigmas ocidentais. Dentre elas, destacam-se Oyèrónkè Oyèwùmí (Nigéria), Amina Mama (Nigéria), Fatou Sow (Senegal) e Ayesha Imam (Nigéria), cujas produções dão visibilidade às experiências das mulheres africanas, assim como às dinâmicas de racismo e colonialismo que as atravessam. Oyèrónkè Oyèwùmí é especialmente reconhecida por propor uma nova perspectiva sobre gênero a partir da organização social das famílias Yorùbás, conforme apresentado em sua obra *African Gender Scholarship: Concepts, Methodologies and Paradigms*, publicada em 2004 na sessão de gênero do CODESRIA. Já Amina Mama, Fatou Sow e Ayesha Imam organizaram o livro *Sex, Gender and Society: Engendering African Social Sciences* (1997), também publicado pelo mesmo Conselho, contribuindo para o debate sobre gênero nas ciências sociais africanas. A seguir, destacaremos algumas das principais ideias desenvolvidas por essas autoras, evidenciando como suas abordagens epistêmicas dialogam com o cenário desenvolvimentista e ampliam os horizontes dos estudos feministas e de gênero.

Oyèrónkè Oyèwùmí

Iniciou sua jornada acadêmica estudando Ciência política na Universidade de Ibadan (UI) na Nigéria e nos anos 80 concluiu sua pós-graduação em Sociologia pela Universidade da Califórnia, em Berkeley. Seu doutoramento deu origem ao livro “A Invenção das Mulheres: Construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero” traduzido na versão brasileira apenas em 2021, ou seja, 24 anos depois da publicação original. Em 1998 sua tese foi premiada pela Associação Americana de Sociologia pela inovação na abordagem de gênero e sexualidade; atualmente é professora-

associada de sociologia na Stony Brook University, em Nova Iorque, nos Estados Unidos.

Em 2004 com a série de bolsas de estudos de gênero agenciada pelo Conselho para Desenvolvimento da Pesquisa em Ciências Sociais em África, publicou a obra *Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas*. Dentre as suas inquietudes o principal mote estava na forma em que o feminismo ocidental abordava o contexto de gênero e a subordinação das mulheres de modo universal. Tece críticas substanciais frente à hegemonia euro-estadunidense na produção acadêmica e propõe uma análise centrada nas experiências das sociedades africanas, em específico da família Yorùbá. A autora avalia a construção ocidental de modernidade amplamente forjada com o processo de escravização e colonização, o que impede de vislumbrarmos ao longo da história outras formas de estrutura social existentes. Em sua análise pondera em que medida o conceito de gênero revela ou oculta outras formas de opressão, pois, o caráter nominal universal de categorias que circunscrevem o termo reduz outras dimensões e organizações não generificadas. Aponta as deficiências que o feminismo ocidental promove em fixar categoria gênero aos processos públicos e privados baseados na família nuclear ocidental, processo este que é central para formulação das teorias feministas.

Com a apresentação do sistema familiar Yorùbá, situada na região sudoeste da Nigéria, a autora dismantela a universalização das categorias. Em sua análise pré-colonial situa que não havia hierarquia social baseada no gênero em Yorubalândia, a organização familiar estava centrada na senioridade. A senioridade se estabelece enquanto uma conduta que privilegia a pessoa mais velha, que contém mais conhecimento de vida para pontuar qualquer interação social. As categorias de gênero variam de acordo com o relacionamento entre as pessoas, o grau de parentesco e a situação familiar, erroneamente termos como Oko e Iyawo foram respectivamente traduzidos como marido e mulher, mas a lógica na tradição yorùbá é a linhagem da

categoria levada em conta para construção social. Por exemplo, a esposa do irmão também chamaria de *Oko* (marido) a suposta irmã, pois, o tronco genealógico é que identifica os familiares do marido enquanto *Oko*. Com a apresentação do sistema familiar, a autora demonstra a dificuldade de aplicar os conceitos do feminismo ocidental à realidade africana e os desafios dos estudos africanos em fazer compreender suas cosmovisões e organização social.

A provocação de Oyèwùmí nos faz repensar as categorias mulher e gênero, uma vez que, na sociedade apresentada as categorias são fluidas, não se apoiam de modo central no corpo biológico, mas no posicionamento social de cada indivíduo. Essa abordagem nos permite enxergar novas perspectivas, onde devemos levar em conta os contextos culturais e locais específicos. Obviamente que não podemos perder de vista que a análise estabelecida é atribuída a um recorte temporal pré-colonial, e que as mudanças na contemporaneidade, a partir dos contatos fronteiriços são desenvolvidas. As influências neocoloniais propiciam mudanças consistentes para as organizações sociais e pensar em uma sociedade estática, é uma própria armadilha imposta pela ocidentalização do conhecimento.

Outra autora africana Bibi Bakare-Yusuf, escritora e editora nigeriana, estabelece críticas a construção teórica da organização familiar apresentada por Oyèwùmi, principalmente por omitir as relações de poder que também estão presentes nas sociedades Yorúbás. Assinala que há uma transposição temporal entre os dois períodos comparados (pré-colonial e movimento feminista) que essencializa e afirma um modelo em detrimento de outro, sem levar em conta que são diferentes. O fato de enxergar que a diferença de gênero na cultura Yorubá não está posta na linguagem, não significa que esteja afastada dos estigmas e relações de poder atribuídas nas relações sociais. Também aponta a problemática da contextualização do termo senioridade. O termo romantiza e sugere uma relação harmônica no sistema familiar ioruba, mas que assim como outros modelos sociais, possuem seus conflitos.

Mesmo com toda controvérsia explorada nesta interlocução, o intuito não é conferir razão para uma ou outra autora. A autocrítica é fundamental para darmos conta das diversas interpretações e estimular a potência dos debates intelectuais africanos para romper com a lógica ocidental dentro dos espaços acadêmicos e na ciência. Esses estudos são parte de um movimento que estimula novos modos de pensar, e inserir no cerne do debate literaturas que são silenciadas na produção de saberes e conhecimentos.

Amina Mama

Professora e escritora feminista nigeriana, se fez uma conhecida acadêmica dos temas feministas no continente africano. Nasceu no norte da Nigéria, filha de pai nigeriano e mãe inglesa, sua formação escolar básica foi moldada em ambiente muçulmano. Na década de 60 deixou sua comunidade por perseguições políticas e culturais, se estabelecendo em Londres onde graduou-se em psicologia, mestrando em psicologia social e doutoramento em psicologia com a defesa da tese *Race and subjectivity: a study of black women* (1987). Foi diretora do Instituto Africano de Estudos de Gênero na Universidade do Cabo (África do Sul) e em 2002 foi uma das fundadoras e editora da revista *Feminist Africa*. Também lecionou na Universidade da Califórnia (EUA) no departamento de Relações de Gênero, Sexualidade e Estudos sobre as Mulheres. Mama é reconhecida por seus trabalhos em defesa dos direitos das mulheres, é consultora de várias organizações internacionais que atuam com o tema, presidente do conselho de administração do Fundo Global para Mulheres, e atua no conselho de administração do Instituto de Pesquisa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Social.

Sem receio do rótulo de feminista, encara o termo de modo positivo, uma vez que, as mulheres africanas assim como as afro-americanas, mulheres da Europa Ocidental e da América do Norte, lutaram para encontrarem para si o próprio sentido do termo feminismo. Tece críticas ao feminismo antidemocrático que alguns regimes africanos promoveram deturbandos seu sentido social, o que também estende ao feminismo ocidental pelas

imbricações colonialistas e racistas. Influenciada pela interpretação teórica de Frantz Fanon, reinterpreta os processos de subjetividade das mulheres negras no seu livro mais conhecido intitulado *Beyond the masks: race, gender and subjectivity* (1995).

Em suas ações estimulou a luta pela libertação da mulher e de todas as formas de opressão, estendendo esta libertação para mulheres de todas as cores, localizações geográficas e tendências. É necessário especificar o que cada teoria entende como política de gênero visando a libertação da mulher. Para a autora, esta libertação determina a superação da injustiça de gênero em todos os níveis, seja no micro ou macro político. Aponta três níveis principais de transformação: o nível da subjetividade, nível das relações pessoais e o nível da economia política.

Adverte que o feminismo pós-colonial deve muito aos pensadores africanos, asiáticos e latino-americanos. Embora muito da história africana não tenha sido contada e difundido, o feminismo africano remonta a um passado coletivo. Mesmo que muitos africanos estejam envolvidos na tarefa de garantir a sobrevivência familiar centrando energias no desenvolvimento econômico, pontua que essa centralidade é apenas mais um sintoma do sistema global do poder político masculinizado que não permite enxergar os desdobramentos sociais para além da esfera econômica.

A autora evidencia, para que a luta por emancipação feminina obtenha sucesso, é preciso estabelecer alianças estratégicas tanto no âmbito nacional quanto internacional. Aponta o papel fundamental das mulheres nas lutas por independência de países africanos e para a ressignificação dos paradigmas reducionistas do feminismo ocidental. Essa inserção permite avaliações imensuráveis no campo das análises de gênero, apontando para as diversas formas de opressão que as mulheres são submetidas. Também pontua que a esfera intelectual, através do conhecimento e da informação, define boa parte do poder e auxilia na instrumentalização para busca de justiça de gênero. O trabalho intelectual, especialmente no século XXI é a

ferramenta útil para transformar espaços de interesse coletivo em avanço das propostas teórica e da militância prática.

Fatou Sow

A autora senegalesa foi uma das primeiras gerações de mulheres pesquisadoras africanas, após independência do Senegal em 1960. Bacharel em Ciências e filosofia pela Universidade de Dakar onde pesquisou a elite senegalesa, obteve sua pós-graduação em Sociologia pela Universidade de Sorbonne na França atuando com a pesquisa de Sociologia do Gênero. Tornou-se professora na Universidade Cheikh Anta Diop em Dakar, onde na década de 80 criou o primeiro programa de Educação de gênero com ênfase em Mulheres na África, Sociologia da família e relações de gênero. Foi pesquisadora do Centro Nacional Francês de Pesquisa Científica (CNRS) bem como Coordenadora da África Francófona da Rede de Desenvolvimento com Mulheres para uma Nova Era (DAWN). Em conjunto com as pesquisadoras Amina Mama e Ayesha Imam criaram o Instituto de Gênero no CODESRIA em 1994, ofertando formação em gênero para acadêmicos africanos e promovendo publicações nas séries de Gênero. Recebeu diversos prêmios e honrarias acadêmicas, tais como a bolsa Fulbright (Universidade de Maryland em 1980 e UCLA em 1984), além dos doutorados *honoris causa* nas Universidades de Toronto (1992) e Ottawa (2002). Sow também atua como consultora para inúmeras organizações humanitárias, tais como a UNESCO, UNDP e USAID.

Contribuiu com o trabalho do Fórum Feminista Africano (AFF), plataforma feminista independente que une feministas de todas as regiões do continente africano e da diáspora para reflexão coletiva no fortalecimento do feminismo. Seus interesses de pesquisa estão centrados nos direitos fundamentais e igualdade das mulheres, sendo expressos nas suas obras *Woman and islam in Africa in the XXI century: an African feminist perspective* (2004), *Notre corps, notre santé: la santé et la sexualité des femmes en Afrique Subsaharienne* (2004) e *La recherche féministe*

francophone: langues, identités et enjeux (2009). Suas análises abordam vários tópicos que problematizam desde as questões ambientais, liderança feminina, reprodução e direitos sexuais, e o impacto cultural/religioso para cidadania das mulheres. Atua como coordenadora na rede “Mulheres vivendo sob a leis Muçulmanas” e um grupo de pesquisa sobre mulheres e direito no Senegal. Fatou Sow, em suas pesquisas, denuncia a forma limitada e condicionada com que a mulher africana é inserida nos debates intelectuais. Segundo a autora, sua participação só é tolerada quando se conforma aos moldes do discurso dominante das ciências sociais. No contexto africano, abordar as questões de gênero é frequentemente alvo de críticas, sendo consideradas carentes de objetividade e rigor científico — além de, por vezes, serem desqualificadas por supostamente reproduzirem percepções ocidentais que não se adequam às realidades locais.

Essas limitações, como Sow destaca, dificultam a ampliação e o aprofundamento dos debates de gênero na academia. Em contrapartida, tais discussões acabam sendo assumidas, em grande parte, por organizações não governamentais e instituições independentes. A autora também enfatiza que discutir gênero nas ciências sociais não deve se restringir à análise das experiências das mulheres, mas implica, simultaneamente, questionar os papéis e privilégios sociais atribuídos aos homens nas estruturas de poder e estratificação social.

A autora tece críticas quanto à homogeneização analítica dos estudos de gênero dos anos 70, principalmente por serem considerados clássicos no marco histórico e estarem ancorados apenas no recorte doméstico criando uma imagem estereotipada feminina. Essas produções centradas na vida privada invisibilizam atividades outras que também são executadas pelas mulheres como a esfera política e socioeconômica e microeconômica. Aponta que a influência do marxismo nas ciências sociais foi um marco para os novos debates de modelos familiares, apropriação do trabalho das mulheres, a estrutura do patriarcado, ou seja, questões que afetaram também os estudos africanos.

Fatou Sow, assim como outras intelectuais africanas, também pontua as lutas anticoloniais dos países africanos e a contribuição das mulheres nos partidos nacionalistas e na luta armada sem a concepção da distinção por ser mulher. Nas suas obras levantou diversas questões sociais das mulheres como casamentos forçados e infantis, baixa taxa de escolaridade e desemprego, altos índices de natalidade delimitados pelo fundamento religioso. A socióloga recorda que os planos de desenvolvimento ainda continuam a inserir as mulheres na esfera doméstica desconsiderando momentos de crise econômica em que o número de mulheres chefe de família aumenta no continente. Essas especificidades modulam o que a autora insere como feminização da pobreza, em razão de trabalhos mal ou não renumerados, contribuindo para que as mulheres africanas sejam a maioria na população mundial pobre. O desenvolvimentismo assume um significado político para as mulheres que estão limitadas em setores marginalizados na economia.

A socióloga conclui que a análise de gênero deve ser uma pesquisa compromissada, com objetivo político e alinhado com a abordagem militante, pois, reconhecer as desigualdades transportam a necessidade de transformá-las. Sow reafirma a maneira que as análises de gênero renovam os debates na área das ciências sociais e envolvem as mulheres no quadro de desenvolvimento a partir do momento que questionam de que desenvolvimento se fala e para quem ele é. Considera que o contexto africano ainda tem muito a fazer para dismantelar as desigualdades. E só avançará na medida em que garantir a capacidade analítica e inovadora para as questões de gênero, difundindo esses pensamentos para as novas gerações.

Ayesha Imam

Socióloga nigeriana, em 1983 assumiu o cargo de secretária coordenadora da organização *Woman in Nigeria*, primeira organização feminista sediada em Zaria. Foi professora e pesquisadora de universidades e institutos na Nigéria, Reino Unido, Canadá e Senegal, voltados a temas como direitos humanos, consciência de gênero, gênero e desenvolvimento.

Fundou e foi diretora da *Baobab for Women's Human Rights*, organização que tem como papel a assistência legal e de proteção às mulheres que vivem sob leis estatutárias tradicionais e religiosas. Faz parte do grupo inicial da rede de solidariedade internacional “Mulheres Vivendo sob as leis muçulmanas”, e também foi a primeira presidente do Fórum da democracia Africana.

Seu trabalho versa sobre o suporte jurídico para proteger o direito das mulheres em sobreposição as leis religiosas e seculares. Assessora mulheres acusadas nas leis muçulmanas, e teve notoriedade para a queda das taxas de sentenças de apedrejamento na Nigéria. Desenvolveu pesquisas para melhor compreensão do Sharia³ no âmbito de desconstruí-lo enquanto parâmetro legal considerando tratar-se de uma análise literal da Arábia do século 13. Essas demandas no apoio às mulheres muçulmanas, a levaram a trabalhar com o fundamentalismo. Pontua que o fundamentalismo atingiu a Nigéria se fazendo necessário opor-se a um sistema que aniquila os sonhos e a esperança das mulheres. A austeridade econômica é um fator que, na visão da autora, contribui para a imposição das leis muçulmanas e cria condições para o ressurgimento do comunalismo⁴, geralmente com inspiração religiosa. As reformas econômicas impostas à Nigéria pelo capital internacional resultaram em altos índices de desemprego e precarização, abrindo espaço para que grupos fundamentalistas ganhassem força, oferecendo respostas morais e identitárias diante do colapso do Estado e da economia formal.

A autora incide que as leis apresentadas sob o contexto de leis muçulmanas prejudicam os direitos humanos. Uma forte repressão seguida de ameaças de morte, espancamento e atos de violência levaram a uma maior ênfase da sharianização. A medida que o fundamentalismo transformou a

3. Sistema jurídico do Islã que serve como diretriz para a vida de todos muçulmanos. Essas normas derivam o Alcorão e jurisprudências das *fatwas* – pronunciamentos legais de estudiosos do islã. Em tradução literária sharia significa “o caminho claro das águas”.

4. Nesse contexto, comunalismo refere-se a formas de organização social centradas na coletividade, na autoridade moral da comunidade e na preservação de valores tradicionais, que muitas vezes reforçam estruturas patriarcais e conservadoras.

vida dos nigerianos, Imam e o grupo de pessoas que atuam na organização Baobab se envolveram nos casos de mulheres. Como aponta a pesquisadora, uma vitória importante para abertura na possibilidade de recorrer das acusações embasadas nas leis muçulmanas, entenderam que “não é anti-Deus apelar”. Relata a dificuldade de perpetrar com os processos de apelação, as vítimas pensam como muçulmanos que são e também internalizam a acusação como uma medida irreversível, afinal não se discutia com os desígnios de Deus.

A organização tem papel importante para toda movimentação de gênero e direitos humanos, arrecadam dinheiro para auxiliar os réus que não possuem condições econômicas, atuam oferecendo suporte psicológico para que os réus desconstruam a percepção de que estão ofendendo a própria religião. Toda essa movimentação contribui para mais pessoas estejam dispostas a questionar o fundamentalismo. O papel da Baobab é significativo para mapear a ideologia extremista religiosa na legislação e nas políticas públicas.

A autora endossa que as análises feministas, especificamente do feminismo de mulheres do “Terceiro Mundo”⁵. Reconhecer que não é possível enfrentar demandas distintas com as mesmas estratégias ou na mesma medida, é fundamental para que a luta de gênero esteja intrinsecamente ligada ao enfrentamento de outros sistemas que perpetuam injustiças e desigualdades. Da mesma forma, não se pode combater a pobreza e outras formas de exclusão social ignorando ou marginalizando as múltiplas expressões do sexismo. As opressões são interligadas, e qualquer proposta de transformação exige uma abordagem que considere suas interseções de forma estratégica e integrada.

5. Também conhecido como feminismo pós-colonial, tenta explicar a forma como outras esferas sociais como: racismo, implicações políticas, econômicas e culturais oriundas do colonialismo, afetam os não-brancos e as mulheres não-ocidentais.

Estas exposições demonstram as distintas perspectivas das intelectuais africanas frente a problemas reais do continente. Partilham de indicadores comuns, pois, desafiam o modelo do feminismo ocidental e sua universalidade. Inserem as experiências africanas no centro do debate e evidenciam suas peculiaridades, pois, suas produções se concentram nas histórias culturais específicas do continente. Todas essas movimentações científicas criam metodologias próprias que encorajam novas gerações para formação de um pensamento crítico que rompa com o neocolonialismo e repense temas tão fundamentais para uma transformação social, científica e material condizente com sua visão e inserção no mundo.

Considerações Finais

A estrutura apresentada neste artigo permitiu identificar a relevância das produções intelectuais no campo dos estudos de gênero, especialmente no que diz respeito à diversidade de pensamentos e suas contribuições para a reformulação epistêmica de caráter transnacional. Destacar a participação científica e política de pensadoras africanas é um passo essencial para romper com a marginalização histórica dessas mulheres, conferindo visibilidade às suas trajetórias e fortalecendo o papel transformador de suas contribuições. Nosso conhecimento ainda é moldado por perspectivas limitadas e unilaterais; por isso, o contato com novas narrativas expande nossa compreensão das realidades sociais. Reduzir o debate a pautas homogêneas invisibiliza a complexidade dos contextos territoriais, étnicos e geográficos, dificultando soluções efetivas para problemas comuns, mas vivenciados de formas distintas.

Avançar na luta dos movimentos sociais exige reconhecer distinções e interseções, de modo a ampliar o alcance das análises de gênero e suas correlações sociais. Romper com teorias etnocêntricas significa inaugurar um campo de ideias que beneficia não apenas mulheres negras, mas toda a sociedade. Além disso, demonstramos que mesmo no interior do campo antirracista, as abordagens são diversas, dinâmicas e por vezes

contraditórias, revelando tensões e rupturas entre agendas teóricas e práticas. Evidenciamos não só a marginalização das teorias que abordam as mulheres negras, mas também a exclusão histórica das mulheres africanas da agenda global feminista. Ainda que experiências vividas ofereçam novas lentes para análise, cabe problematizar até que ponto as vozes acadêmicas emergentes dialogam com as mulheres negras fora da universidade, considerando que muitas vezes os debates conceituais não alcançam aquelas que vivenciam opressões cotidianas mais concretas.

Apostar na pluralidade de abordagens não enfraquece a crítica, mas nos permite compreender que, embora forneçam alternativas valiosas, as teorias feministas também enfrentam limites. Assim, reconhecer a diversidade no campo teórico é fundamental para mensurar transformações sociais e impulsionar novas formas de produção de conhecimento. As pesquisas desenvolvidas por mulheres africanas, em diálogo com a realidade dos países do Sul Global, podem apontar caminhos pragmáticos para enfrentar as opressões vividas por mulheres negras. Difundir essas produções é fortalecer o movimento global de mulheres e contribuir para a construção de novos paradigmas teóricos capazes de enfrentar antigos problemas.

Referências

Africana Aportaciones para la descolonización del feminismo. *Colección Pescando husmeos n° 10*. Editora Oozebap. Barcelona, 2013.

African Woman's Development Fund (AWDF) – Disponível em: <https://awdf.org/>
Acesso em: março de 2025.

AQUINO, Raisia Conceição Barbosa de. Sobre a complementariedade entre os sexos: discutindo as relações entre homens e mulheres nos discursos do feminismo hegemônico e de intelectuais da África Subsaariana. *Cad. Gên. Tecnol.*, Curitiba, v. 13, n. 41, p. 154-167, jan/jun. 2020.

AKOTIRENE, Carla. O que é interseccionalidade. *Feminismos Plurais*. Belo Horizonte: Letramento, 2018.

AMAEFULA, Rowland Chukwuemeka. «African Feminisms: Paradigms, Problems and Prospects». *In Feminismo/s*, 37 (January 2021): 289-305. <https://doi.org/10.14198/fem.2021.37.12>

Baobab pelos Direitos Humanos da Mulheres. Disponível em: <https://progressive.international/members/3e549684-795b-4073-8bad-47beff3accf-baobab-for-womens-human-rights/pt-br> Acesso em abril, 2025.

BAKARE-YUSUF, Bibi. 'Yorubas don't do gender': a critical review of Oyeronke Oyewumi's *The Invention of Women: Making an African Sense of Western Gender Discourses*. In: VVAA. *African Gender Scholarship: Concepts, Methodologies and Paradigms. CODESRIA Gender Series*. Dakar: CODESRIA, 2004, p. 61-81

BERNARDINO-COSTA, J., MALDONADO-TORRES, N., GROSGOUEL R. (org.). *Decolonidade e pensamento afrodiaspórico*, São Paulo, Autêntica, 2018.

BRAH, A. Diferença, Diversidade, Diferenciações. *Cadernos Pagu*, n. 26, 2006.

BRYSON, Valerie. *Feminist Political Theory: an introduction*. 2. ed., Hampshire/New York: Palgrave Macmillan, 2003.

BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARNEIRO, Sueli. *Mulheres em Movimento*. Estudos Avançados, São Paulo, v. 49, n. 17, p.117-132, 2003. Quadrimestral. <https://doi.org/10.1590/S0103-40142003000300008>.

_____. *Enegrecer o feminismo*. A situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. Disponível em: Acesso em: 11/2009.

CARTA DE PRINCÍPIOS FEMINISTAS PARA AS FEMINISTAS AFRICANAS. Publicado pela primeira vez pelo *African Women's Development Fund* em 2007. Disponível em: <https://awdf.org/wp-content/uploads/AFF-Feminist-Charter-Digital-%C3%A2%C2%80%C2%93Portuguese.pdf>

CIRNE, Michelle. A produção de ciências sociais no continente africano e a agência do CODESRIA. *Tese (Doutorado em Antropologia Social)* – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

_____. A produção necessária das intelectuais feministas africanas no campo dos estudos de gênero e a agência do codesria. *Revista África(s)*, v. 04, n. 08, p. 104-114, jul./dez. 2017

CRENSHAW, Kimberlé. *Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero*. Tradução de Liane Schneider. In: Estudos feministas, ano 10, 2002/1, p. 171-188

COLLINS, Patricia Hill. O que é um nome? Mulherismo, Feminismo Negro e além disso. *Cadernos Pagu* (51), 2017:e175118 ISSN 1809-4449.

DOVE, Nah. Mulherisma Africana: Uma teoria Afrocêntrica. *Jornal De Estudos Negros*, Vol. 28, Nº 5, Maio de 1998, Pag. 515-53.

EBUNOLUWA, Sotunsa Mobolanle. Feminism: The Quest for an African Variant. *The Journal of Pan African Studies*, vol.3, n.1, 2009, p. 227-234, por Luana Cristina Muñoz Roriz.

FEDERICI, Silvia. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

GONZALEZ, L. Por um feminismo afrolatinoamericano. *Revista Isis Internacional*, n. 8, 1988.

_____. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Ciências Sociais Hoje*, n. 2, ANPOCS, 1983.

GROSFOQUEL, Ramon. *A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI*. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922016000100025> Acesso em: 20/05/2016.

HOOKS, bell. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. *Rev. Bras. Ciênc. Polít.* [online]. 2015, n.16 [cited 2021-01-18], pp.193-210. Available from: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522015000200193&lng=en&nrm=isso

HUDSON-WEEMS, Clenora. Womanist afrikana. Filadélfia: *Afrocentricity International*, 2016

IMAN, A.; MAMA, A.; SOW, F (eds.). Engendering African Social Sciences. *Dakar: CORDESRIA Book Series*, 1997.

LILIANA S. y Hernández, Aída (orgs.): *Descolonizando el Feminismo: Teorías y Prácticas desde los Márgenes*. Madrid: ed. Cátedra, 2008, p. 1-23.

MADUNAGU, Bene E. (2010), “The Nigerian Feminist Movement: Lessons from Women in Nigeria (WIN)”, *African Women*, Palgrave Macmillan US, pp. 155–165. Disponível em: https://link.springer.com/chapter/10.1057%2F9780230114326_11.

NASCIMENTO, Wanderson Flor do. Oyèrónkẹ Oyèwùmí: potências filosóficas de uma reflexão. In: *Filosofia Africana: pertencimento, resistência e educação* – Edição Especial, v. 10 n. 2 (2019)

NNAEMEKA, Obioma. *Nego-Feminism: Theorizing, Practicing, and Pruning Africa's Way*. University of Chicago, 2003. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/10.1086/378553> Acesso em: junho de 2021.

OGUNYEMI, Chikwenye (1985). “Womanism: The Dynamics of the Contemporary Black Female Novel in English”. *Jornal das Mulheres na Cultura e na Sociedade*. 11 (1): 63–80. doi:10.1086/494200.

OLIVEIRA, E M. O feminismo desconstruindo e reconstruindo o conhecimento. *Estudos Feministas*, n. 16, v. 1, 2008.

OYEWUMI, Oyeronke. “Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas”. In: *Codesria-Gender Studies*, 2004 (p. 1-8)

PELÚCIO, Larissa. Subalterno quem, cara pálida? Apontamentos às margens sobre pós-colonialismos, feminismos e estudos queer”. In: *Contemporânea*, v. 2, n. 2, 2012, p. 395-418.

RIBEIRO, Djamila. *Lugar de fala*. São Paulo: Sueli Carneiro: Pólen, 2019. (Coleção Feminismos plurais).

RIOS, Flávia. Feminismo negro brasileiro em três tempos: mulheres negras, negras jovens feministas e feministas interseccionais. *Labrys, études féministes/ estudos feministas* julho/ 2017-junho 2018 /juillet 2017-juin 2018. Disponível em: <https://www.labrys.net.br/labrys31/black/flavia.htm>

SAFFIOTI, Heleieth B. Feminismos e seus frutos no Brasil. In: SADER, Emir (Org.). *Movimentos sociais na transição democrática*. São Paulo: Cortez, 1986, p. 33-34.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes*, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002007000300004>, Acesso em 15/04/2016.

SEGATO, Rita Laura. Os percursos do gênero na antropologia e para além dela. *Série Antropologia, Brasília, n. 236, 1998*

SILVA, Pollyanna Fabrini. Movimento de mulheres negras: Análise das relações raciais pela perspectiva dos cabelos crespos. In: *Dissertação defendida na Universidade Federal de Uberlândia*, 2016.

SOW, Fatou. “The social sciences in Africa and gender analysis”. In: *Iman, A.; Mama, A.; Sow, F (eds.). Engendering African Social Sciences*. Dakar: CODESRIA Book Series.

ZIRBEL, Ilze. Estudos feministas e de Gênero no Brasil: Um Debate. In: *Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina*, 2007.

Recebido em dezembro de 2025.
Aprovado em janeiro de 2026.